



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Justiça Ambiental

**Jardim Gramacho: território extraordinário do lixo e da
injustiça ambiental**

Valéria Pereira Bastos¹
Mariana Andrade Lobo Silva²
Raphaela Pimentel Ximenes³

Resumo: Este trabalho é fruto de pesquisa que vem sendo realizada desde julho/2018 apoiada pela FAPERJ⁴ que tem por finalidade analisar os impactos socioeconômicos e socioambientais ocorridos no sub-bairro de Jardim Gramacho - Duque de Caxias, tendo em vista que grande parte da vida econômica ativa local girava em torno da atividade de catação de resíduos sólidos procedentes do lixão, que permaneceu ativo por trinta anos, mas em atenção ao art. 54 - lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos as atividades foram encerradas desde junho de 2012, causando evidências de injustiça ambiental no território.

Palavras-chave: Jardim Gramacho; Injustiça Ambiental; Lixão; Políticas Públicas.

Abstract: This work is the result of research that has been carried out since July / 2018, supported by the Carlos Chagas Foundation - FAPERJ, whose purpose is to analyze the socioeconomic and socioenvironmental impacts of the Jardim Gramacho sub-district, belonging to the 1st district of Duque de Caxias. in view of the fact that a large part of the active local economic life revolved around the informal activity of solid waste collection from the dump, which remained active for thirty years, but in accordance with art. 54 - law 12,305 / 2010 - National Policy on Solid Waste activities were closed, causing evidence of environmental injustice.

Keywords: Jardim Gramacho; Environmental Injustice; Dumping Ground; Public policy

1. INTRODUÇÃO

1.1. O bairro Jardim Gramacho: o espaço geográfico

¹ Professora do Departamento de Serviço Social e orientadora das bolsistas de iniciação científica. E-mail ybastos@puc-rio.br

² Estudante de graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e bolsista de iniciação científica pelo CNPq. E-mail: marianaandradelobosilva@gmail.com.

³ Estudante de graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e bolsista de iniciação científica pela Faperj. E-mail: rapha_ximenes@outlook.com.

⁴ Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros. (Milton Santos, 2007).

Para compreender a história do “território do lixo”, consideramos importante apresentar inicialmente o Município de Duque de Caxias, circunscrição administrativa que abriga o bairro Jardim Gramacho.

Inúmeras são as obras que descrevem o contexto geográfico do Município, mas selecionamos dois textos que consideramos apontar os elementos fundamentais para nossa análise. Então nos baseamos na dissertação de mestrado de Luiz Cláudio Moreira e no documento produzido pelo IBASE, 2005 denominado “Diagnóstico Social do Bairro de Jardim Gramacho”.

Neste sentido, encontramos a informação de que o Município de Duque de Caxias foi criado através do Decreto Estadual 1055 de 31 de Dezembro de 1943, tendo completado em dezembro último passado, 65 anos de existência. Antes de sua emancipação, a localidade pertencia ao 8º Distrito de Nova Iguaçu (Ibase, 2005, p.5).

O Município de Duque de Caxias encontra-se dividido por quatro distritos e quarenta bairros oficiais e eles estão distribuídos da seguinte forma: no primeiro Distrito, que é o de **Duque de Caxias**, localizam-se os bairros Jardim 25 de Agosto, Parque Duque, Periquitos, Vila São Luiz, Gramacho, Sarapuy, Centenário, Centro, Dr. Laureano, Bar dos Cavaleiros, Olavo Bilac e **Jardim Gramacho**. Já no segundo, **Campos Elíseos**, encontram-se os bairros de Jardim Primavera, Saracuruna, Vila São José, Parque Fluminense, Campos Elíseos, Cangulo, Cidade dos Meninos, Figueira, Chácara Rio-Petrópolis, Chácara Arcampo e Eldorado. No terceiro distrito, que é o de **Imbariê**, estão os bairros de Santa Lúcia, Santa Cruz da Serra, Imbariê, Parada Angélica, Jardim Anhangá, Santa Cruz, Parada Morabi, Taquara, Parque Paulista, Parque Equitativa, Alto da Serra, Santo Antônio da Serra. Por fim, no quarto distrito, **Xerém**, localizam-se os bairros de Xerém, Parque Capivari, Mantiqueira, Jardim Olimpo, Lamarão e Amapá. **[Grifo nosso]**.

Através do estudo elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro que Moreira cita em sua dissertação, Duque de Caxias está localizado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro que também abriga os Municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá (Moreira, 2007, p. 24).



Em relação à extensão geográfica, o Município de Duque de Caxias totaliza a área de 468,3 Km², o que representa 10% de área ocupada da Região Metropolitana.

Quanto ao sistema viário e ferroviário de Duque de Caxias, informamos que está integrada à cidade do Rio de Janeiro dada a proximidade. Ainda em termos de sistema viário, foi dado no mês de março de 2008, início das obras do Arco Rodoviário que intenciona ligar o Porto de Sepetiba, em Itaguaí até Itaboraí, no entanto passará por Seropédica e para tanto será construído um trecho entre Queimados, Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

Registra-se no IBGE que em 2018 a contagem populacional estimada no Município de Duque de Caxias alcançou o quantitativo de 914.383 munícipes em uma área territorial de 465 Km².

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Município, segundo o IPEA 2010 é de 0,711, ocupando assim a 52ª posição no Estado do Rio de Janeiro, isto porque a base para cálculo deste índice prende-se ao valor de quanto mais próximo de um for o IDH, maior o nível de desenvolvimento humano apurado.

Em relação à raça e religião dos munícipes, registra-se que, por meio da declaração das pessoas há um predomínio de afro-descendentes, o que representa 57,7 da população, contra 41% daqueles que se declaram brancos. Na religião há uma incidência de católicos, chegando ao percentual de 46%, o que é superior a soma das outras religiões declaradas.

Já em relação ao Bairro de Jardim Gramacho, integrante do 1º Distrito de Duque de Caxias, enfocamos que se encontra dividido por localidades que não podem ser conceituadas como sub-bairros, em razão de não serem oficializadas pela Prefeitura, mas estão divididas segundo documento Diagnóstico Social do IBASE da seguinte forma: COHAB (conjunto habitacional – 1ª área loteada de Jardim Gramacho), o Morro do Cruzeiro, o Triângulo e o Morro da Placa, locais que já possuem infra-estrutura urbana adequada a necessidade local. Por outro lado, o bairro tem ocupações recentes caracterizadas por bolsões de miséria, sem infra-estrutura e, neste contexto, localizam-se a Chatuba, a Favela do Esqueleto, o Beco do Saci, a Cidade de Deus, a Avenida Rui Barbosa, o Parque Planetário e a comunidade da Paz ou Maruim como é conhecida, onde as casas são construídas em cima do manguezal.

Quanto à questão populacional, Jardim Gramacho tem aproximadamente 40.000 habitantes, sendo que cerca de 50% dependiam direta ou indiretamente da atividade econômica advinda da catação de lixo (IBASE, 2005, p. 10).

Em relação à presença de equipamentos sociais voltados para a educação formal no âmbito do Governo do Estado, o bairro tem a Escola Estadual Lara Vilela, de ensino fundamental, o CIEP 218 – Ministro Hermes de Lima – de ensino médio e fundamental, além de possuir uma turma de aceleração de jovens, projeto educacional que procura atender àqueles que não completaram o ensino em idade compatível. Também funciona um núcleo



do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Finalizando, há o Colégio Estadual Álvaro Negro Monte, de 5ª a 8ª série e ensino médio.

Quanto às escolas municipais, informamos que no bairro registra-se a instalação da Escola Municipal Jardim Gramacho e da Escola Municipal Mauro de Castro, que também tem em seu anexo uma creche. No contexto comunitário, contabiliza-se a Creche Comunitária e a Escola Comunitária Jardim Gramacho, que é apoiada pela Igreja Católica e pelo Portal do Crescimento. E as escolas particulares estão presentes com o maior quantitativo, chegando ao número estimado de 15 unidades. As de maior destaque são: Colégio Deco, Colégio ABC da Alegria, Casinha Feliz, Colégio da Penha.

Já no tocante aos equipamentos de saúde no Bairro de Jardim Gramacho, existem sete postos do Programa de Saúde da Família, o Posto Municipal de Saúde Edina Siqueira Sales e um Posto de Saúde apoiado por políticos do local. Mas, no entanto, há registros que 15% do contingente de crianças residentes estão em risco nutricional, sendo que 12% com desnutrição grave (IBASE, 2005, p. 22).

Quanto à presença e/ou ausência de serviços públicos, bem como a qualidade destes, encontramos registrado no Diagnóstico Social do Bairro de Jardim Gramacho a seguinte questão:

Com relação aos Serviços públicos, em Jardim Gramacho destacam-se os serviços de saúde. As entrevistas realizadas ressaltam o esforço do Secretário de Saúde Oscar Berro na implementação e ampliação do PSF visando atender a toda a população do bairro. A atuação do Posto de Saúde (da prefeitura) também é reconhecida, embora também vivencie momentos de escassez, funciona com a boa vontade e compromisso de seus profissionais.

No que diz respeito às escolas, os entrevistados reclamam do estado de conservação de algumas, da qualidade do ensino e do número de vagas oferecidas que está aquém da demanda local. No entanto, é importante ressaltar que não tivemos acesso, neste pré-diagnóstico, ao número de crianças em idade escolar residentes em Jardim Gramacho. Segundo as entrevistas realizadas, os vereadores eleitos com o apoio dos moradores locais possuem significativa força política na identificação e implementação de ações de desenvolvimento e melhoria do bairro (IBASE, 2010, p. 17).

No tocante ao processo organizacional em defesa do bairro e dos moradores em Jardim Gramacho, somente foi identificada a existência de uma Associação de Moradores legitimada, que é a do Parque Planetário, pois tem representantes eleitos e é inscrita na Federação das Associações de Moradores de Caxias (MUB). No entanto, segundo o Diagnóstico Social de Jardim Gramacho, a Associação não realiza ações em conjunto com a Federação e apenas recorrem a eles no período da eleição da diretoria da Associação atual, tendo em vista a necessidade de legitimação do processo (IBASE, 2005, p. 24).

Registramos que embora não existam outras associações de moradores no bairro de Jardim Gramacho, após a realização do Diagnóstico Social elaborado pelo IBASE(2005), atualizado em 2010 foi legitimada, em abril de 2006, a instalação de um Fórum



Comunitário, composto por 48 instituições locais que têm cinco grupos de trabalho focados na Educação, Saúde, Convivência Comunitária e Trabalho e Renda – onde o Serviço Social se faz representar e de Meio Ambiente. Este Fórum é apoiado pelo IBASE em parcerias com Furnas Centrais Elétricas através do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), e escolheu o bairro com a finalidade de promover o desenvolvimento local sustentável. Após vários encontros visando traçar as metas em busca do desenvolvimento, foi inaugurada uma sede própria que está aberta aos moradores para encontros e para diversas reuniões, precisamente no dia 20 de dezembro de 2007. Atualmente, ocorre, na última segunda-feira de cada mês, uma reunião com as instituições que constituem o Fórum para refletir acerca dos avanços e retrocessos das ações comunitárias.

O Fórum Comunitário do Jardim Gramacho vem se desenvolvendo e, com o apoio do IBASE, apresentou na VI Expo Brasil Desenvolvimento Local, realizada em Salvador, em 2007, as seguintes questões ligadas a perspectiva de trabalho e renda para os catadores que em sua maioria são moradores do bairro:

O Fórum reivindica hoje a consolidação de um sistema de coleta seletiva com núcleos descentralizados no município de Duque de Caxias. Cada distrito terá um grupo de catadores realizando a coleta, responsável por levar o material reciclável para o Pólo de beneficiamento e Comercialização de Recicláveis, já em operação. “É um sub-bairro com uma infinidade de bares e pensões. Esses bares vendem fundamentalmente para catadores. O fechamento do aterro afetará muitos moradores, que se deram conta do problema e da oportunidade de lutarem juntos” diz a assistente social do Ibase, Rita Brandão (EXPO BRASIL al, 2007, p. 1).

Através deste pequeno desenho do sub- bairro de Jardim Gramacho, acreditamos que estamos apresentando o cenário de milhares de bairros brasileiros, visto que é mais um local periférico, que revela uma grande desigualdade social atrelada a outros tipos de desigualdades, como a ambiental, por ter abrigado um dos maiores aterros de lixo da América Latina, o que coloca em debate os riscos ambientais aos quais a população residente e trabalhadora foi e até hoje está submetida, considerando ser um território marcado por injustiças social e ambiental por carregar o estigma local atrelado a ausência de ações efetivas das políticas públicas.

Este processo apresenta também uma contradição, visto que neste mundo de consumo, global, líquido-moderno etc, a produção de lixo é crescente e, se não existir espaço para sua destinação final e também a mão-de-obra de catação para minimizar os impactos, provavelmente seremos engolidos por uma avalanche de resíduos orgânicos e inorgânicos (lixo) que produz uma imensa poluição ambiental, quiçá planetária.

Nossa afirmativa encontra sustentação quando a comparamos com algumas considerações expressas no Diagnóstico Social do IBASE, quando efetuam comentários a respeito do sub-bairro e da população nele residente:

Na medida em que a população moradora está não só, exposta aos riscos ambientais por viver nas proximidades de um aterro controlado, mais conhecido como “lixão” –



exposta à contração de doenças, à poeira, sujeira, entre outros – mas também encontra sua fonte de sobrevivência na atividade de catação, se evidencia a crise social de desemprego e de injustiças (social e ambiental). Estas pessoas são trabalhadoras e em sua maioria, anônimas e destituídas de qualquer direito – muitas não são registradas e não têm nem a certidão de nascimento, vivem em situação de total abandono, em condições precárias de infra-estrutura. Poderia se dizer que são os “**não cidadãos (ãs)**”. Paradoxalmente esta população vem dando uma grande contribuição para o circuito da reciclagem de materiais (coleta seletiva), para limpeza pública e ainda para a proteção de recursos naturais (IBASE, 2005, p. 30). [Grifo nosso].

Por fim sinalizamos que o sub-bairro de Jardim Gramacho é permeado por todo o trajeto da rota do lixo e apesar de já ter encerrado as atividades no lixão, ainda perdura o despejo irregular de lixo, fator de algumas denúncias, conforme reportagem abaixo:

Cinco anos após o fechamento do lixão de Jardim Gramacho, a ser completado em 3 de junho, moradores do bairro, situado em Duque de Caxias, ainda respiram e visualizam resíduos para todos os lados. A região mantém uma concentração de atividades do setor, algumas legais, outras clandestinas. Há uma proliferação de pequenos lixões sem autorização e um grande terreno na favela do Maruim, hoje com a atividade licenciada, que recebe resíduos da construção civil e, com isso, vem aterrando a área contígua ao manguezal da Baía de Guanabara. O movimento de caminhões basculantes é intenso pelas ruas de todo o bairro. De dia circulam, principalmente, os de empresas legalizadas, sendo comum o chorume lançado no asfalto, como pudemos constatar. À noite, a concentração é dos que querem fugir da fiscalização para usar os lixões clandestinos. Há ainda uma área de transbordo mantida pela prefeitura, para onde são levados os resíduos do bairro e das redondezas, antes de seguirem para o aterro de Nova Iguaçu (NORONHA, 2017, p. 1).

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Jardim gramacho: o lugar da catação

Nossa atenção, neste momento, será dedicada ao lugar apesar de ser um sub-bairro se desenvolveu por muito tempo através das atividades que envolviam o processo de catação de lixo processado pelo lixão de Jardim Gramacho, mas que apesar de ter encerrado suas atividades há mais de seis anos, não extinguiu o estigma local, pois o local continua sem infraestrutura e serviços para atender a população residente, além de não ter recebido a recuperação urbanística prevista pelo poder público local.

Portanto, estamos conceituando de “território do lixo” todo o espaço do lixão de Jardim Gramacho e toda a rota que o lixo percorria no bairro até chegar ao destino final, por entendermos que a efervescência girava em torno da atividade mercantil gerada pelo negócio do lixo, uma vez que consideramos o que Milton Santos (2007) afirma acerca do território, do dinheiro e de sua fragmentação:

O território como um todo é objeto da ação de várias empresas, cada qual, conforme já vimos, preocupadas com suas próprias metas e arrastando, a partir dessas metas, o comportamento do resto das empresas e instituições. Que resta então da nação diante dessa nova realidade? Como a nação se exerce diante da verdadeira



fragmentação do território, função das formas contemporâneas de ação das empresas hegemônicas? (SANTOS, 2007, p.86).

Complementando sua reflexão a respeito do território e dessas implicações, Milton Santos (2007) enfoca que é dentro de um mesmo país que são criados diferentes formas e ritmos de evolução, governados pelas metas e destinos específicos de cada empresa hegemônica, que arrastam com sua presença outros atores, mediante a aceitação ou mesmo a elaboração de discursos “nacionais-regionais” alienígenas ou alienados (SANTOS, 2007, p. 87).

Este sentido dado por Santos (2007) ao mundo mercantil de negócios é o mesmo sentido que damos ao território do lixo, por ser um local que recebia 8 mil toneladas/dia de lixo, cujo trajeto era realizado pelos veículos de grande porte (carretas e caminhões compactadores) que transportavam o lixo das vias principais do bairro/município para o Lixão

A primeira passagem se dava pela Usina de Transferência no Bairro do Caju, zona portuária do Rio de Janeiro, onde os caminhões compactadores que circulavam pelas residências despejavam o lixo em um recipiente com maior capacidade em volume cúbico e, por intermédio desses equipamentos mecânicos, realizavam a transferência para carretas com capacidade de 27 toneladas de lixo, perfazendo, assim, um percurso de 27 km até chegar ao Lixão, totalizando, a cada dia, 44 viagens oriundas somente do Caju. Além da supracitada Usina de Transferência, existiam mais dois trajetos: Jacarepaguá, que dista do Aterro 37 km, sendo realizadas 12 viagens com as carretas por dia, e Irajá, com 17 km de distância do Aterro, e 06 viagens diárias.

Quanto aos outros trajetos, isto é, que envolviam os municípios de Duque de Caxias, Nilópolis, Queimados, Mesquita e Belford Roxo, a rota era bem menor, assim como o volume de resíduos. Nesse caso, os próprios caminhões que realizavam a coleta domiciliar levavam para o vazamento os materiais recolhidos nas residências, empresas etc.

Na via principal de acesso ao lixão, chegavam a transitar dia e noite cerca de 600 veículos de grande porte e, quanto mais se diminuir o fluxo, menor investimento seria necessário para a manutenção e o recapeamento do asfalto, que era de responsabilidade da empresa operadora.

Estes trajetos e o volume de lixo transportado se revelavam como uma grande mina de ouro, pois conforme já mencionamos anteriormente, o valor do produto potencialmente reciclável cresceu no período industrial e vem crescendo no mundo contemporâneo, e, desta forma, há um forte interesse pelas empresas em comercializar o material com o catador que normalmente fica com a menor parte, enquanto aqueles que já detêm o domínio do capital, produzem riquezas, fragmentações, discurso alienante e, com certeza, também o domínio do material.



A título de registro, informamos que a Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro – COMLURB realizou, em junho de 2011 um estudo que proporcionou apurar em um período de trinta dias, qual quantidade retirada diariamente dos materiais separados pelos catadores. Foi apurado que, diariamente, o contingente de catadores separava cerca de duzentas toneladas de material potencialmente reciclável, isto é, material que ele já separou da matéria orgânica e dos outros inservíveis, tais como: papel higiênico, absorventes, entre outros sem valor no mercado, vendendo-os para ferros velhos instalados na via de acesso ao Aterro.

Somado a este fator, faz-se necessário elucidar que para o território efetivamente ganhar vida, circulavam diariamente cerca de 1.200 catadores que desenvolviam atividade de catação dentro do Aterro, mais os caminhões dos 42 depósitos (Ferro velho) que tinham autorização para transitar no lixão com a finalidade de proceder à compra e à retirada do material separado pelo catador.

Mas o que vai demarcar o espaço como território, é a forma perversa existente quanto ao estabelecimento da relação de trabalho entre os catadores e os donos de depósito. Pesquisa realizada por Lúcia Pinto (2004), no território de Jardim Gramacho, deixou evidente que, dos trabalhadores fixos ligados a eles, a grande maioria entrevistada confirmou não ter carteira assinada.

Lucia Pinto (2004) justificou esta desresponsabilização dos empresários com os catadores, enfocando que o poder de barganha dos depósitos, independentemente do seu porte, era expresso pelo estabelecimento do preço do produto coletado, pela oferta de trabalho e pela possibilidade de empregar pessoas sem documentação, egressos ou fugidos do sistema penitenciário, e pela forma de pagamento imediata (PINTO, 2004, p. 12).

O cenário descrito por Pinto (2004) nos permite, mais uma vez, ratificar que o território de Jardim Gramacho carregava e ainda carrega, mesmo após o encerramento do lixão, todo o estigma do rejeito e/ou refugio humano, tendo em vista que até mesmo os depósitos não tinham uma organização quanto aos equipamentos e em relação ao espaço físico também, visto que misturavam materiais recicláveis com rejeitos do lixo.

Assim, os depósitos classificados como precários tinham toda a atividade realizada em céu aberto, em péssimas condições de higiene e trabalho e, segundo diagnóstico realizado por Lucia Pinto (2004), “funcionam em alguns casos próximos ao mangue e em associação com locais de distribuição de drogas” e ainda poluíam o ambiente com a queima de fios de cobre e pneus.

Outro ponto de grande efervescência no cenário do território de Jardim Gramacho era a perversa forma de catação que era efetuada pelos catadores por meio do garimpo de saco



em saco, separavam o material para ser comercializado. Embora seja responsável pela sobrevivência destes trabalhadores, a forma visualmente é estigmatizante e depreciativa.

Analisamos a questão acima à luz da fala de Dirce Koga (2001) a respeito da classe excluída, que, segundo a autora, deverá ter a resistência dobrada em função da necessidade cotidiana da luta pela sobrevivência física aliada à sobrevivência moral, “pelo fato de serem naturalmente suspeitas no meio de uma sociedade altamente segregadora” (Koga, 2001, p. 45).

Inúmeras são as questões a serem levantadas pelo território de Jardim Gramacho, mas elencamos algumas por considerarmos fundamentais para entendermos a real situação dos catadores de lixo que são, a todo o momento, furtados da sua condição de cidadão trabalhador, primeiro pelo fato da categoria não ser reconhecida oficialmente, e depois por diversas perversidades advindas do mundo global e líquido apontados por Bauman:

A “população excedente” é mais uma variedade de refugio humano. Ao contrário dos homini sacri, das “vidas indignas de serem vividas”!, das vítimas dos projetos de construção da ordem, seus membros não são “alvos legítimos” excluídos da proteção da lei por ordem do soberano. São, em vez disso “baixas colaterais”, não intencionais e não planejadas, do progresso econômico. No curso do progresso econômico (a principal linha de montagem/desmontagem da modernização), as formas existentes de “ganhar a vida” são sucessivamente desmanteladas e partidas em componentes destinados a serem remontados (“reciclados”) em novas formas. Nesse processo, alguns componentes são danificados a tal ponto que não podem ser consertados, enquanto, dos que sobrevivem à fase de desmonte, somente uma quantidade reduzida é necessária para compor os novos mecanismos de trabalho, em geral mais dinâmicos e menos robustos (BAUMAN, 2004, p. 53).

Pensando a partir desta reflexão, podemos considerar o catador como população excedente do processo, pois já sinalizamos anteriormente que ele era e ainda atualmente, é o menos beneficiado e assim percebemos que, no jogo de poderes, os que sobreviveram acabam por se tornarem algozes do seu próprio companheiro, pois o nível de mobilidade apresentado por eles é de se transformarem em comprador, ou seja, passar a deter poder do capital e, com isso passam a “desconhecer” sua origem do trabalho precário, insalubre e penoso, ou quando isto não acontece de imediato, passam a fazer desvio da rota do material que deveria ir para o lixão, deixando chegar somente àquilo que não tem valor comercial.

No entanto, dentro da lógica capitalista, a venda realizada pelos catadores no lixão ocorria de forma a desvalorizar o produto que os depósitos estabelecidos(ferro velho) no entorno do mesmo compravam e transportavam em seus caminhões, furtando daqueles que davam a partida no processo a possibilidade de negociar diretamente com as indústrias e se inserirem como apontam CORTIZO e OLIVEIRA (2004):

como integrantes da “articulação do binômio capital-trabalho, na apropriação coletiva dos meios de produção e dos resultados da produção, na prática da autogestão, na apreensão de todo o processo produtivo pelos todos os trabalhadores, na valorização



de cada pessoa, na construção do coletivo, no compromisso com os outros trabalhadores, com as questões sociais e com a sustentabilidade ambiental” (CORTIZO; OLIVEIRA, 2004, p. 87).

Em face desse cenário de desigualdades posto no cotidiano da atividade de catação, na qual estão presentes os processos exclusão/inclusão, precarização do trabalho, ausência do exercício de cidadania, desemprego estrutural, desqualificação social, informalidade, entre outras questões, acreditamos ser de fundamental importância dialogar com alguns autores para entender melhor esta trama.

Por outro lado, faz-se necessário compreender também como se dava o processo de desvio existente no trajeto até o Aterro Metropolitano, uma vez que a rota do lixo era demarcada por um território construído a partir de desigualdades de acesso e de vantagens, pois por cada gota de chorume⁵, ou cada saco de coleta domiciliar deixado no caminho, era possível usufruir de um benefício, transformando, assim, em moeda corrente todo e qualquer resquício advindo desta atividade. Furta-se, mais uma vez, da mão do catador o material mais valorizado, pois muito embora o montante do que era recebido (8 mil toneladas/dia) seja significativo, o que era considerado nobre ficava pelo caminho, na mão daqueles que detinham o domínio e/ou poder de negociação, que, como já vimos, não era e até os dias atuais não o catador.

Para melhor entender este processo, procuramos buscar sustentação teórica em Koga (2001), que realizou um estudo a respeito de território que nos permitiu compreender melhor as tramas existentes nestes espaços, que não se constituem apenas como área geográfica e/ou de concentração de um povo, mas podem ser consideradas como

(...) um dos elementos potenciais para uma nova perspectiva redistributiva possível para orientar as políticas públicas. A redistribuição viabilizada pelo acesso às condições de vida instaladas no território onde se vive soma-se aos demais processos redistributivos salariais, fiscais ou tributários, fundiários e das garantias sociais, como a própria reforma fundiária, a reforma fiscal. Parto do pressuposto de que as políticas públicas ao se restringirem ao estabelecimento prévio de públicos-alvos ou demandas genéricas apresentam fortes limitações, no que se refere a conseguirem abarcar as desigualdades concretas existentes nos diversos territórios que compõem uma cidade, e assim permitir maior efetividade, democratização e conquista de cidadania (KOGA, 2003, p.33).

Na busca de aprofundarmos o entendimento a respeito do que estamos problematizando, e ainda objetivando apreender como alguns dos sujeitos envolvidos percebiam a rota do lixo dentro do território de Jardim Gramacho, realizamos antes do encerramento do lixão cinco entrevistas com alguns catadores e com dois donos de depósitos, com a finalidade de melhor compreendermos esta trama de relações existentes e o olhar tanto de uns quanto de outros a respeito da cadeia produtiva de reciclagem e o papel deles nesse

⁵ Líquido oriundo do efeito químico produzido pelo lixo orgânico.



processo perverso, e arriscamos recuperar neste texto, pois estamos acreditando a partir da vivência na pesquisa atual que a ideia e a forma de tratar esse processo, ainda não mudou..

Iremos ilustrar aqui, apenas duas falas, pois acreditamos que possa demonstrar a realidade no sub-bairro, visto que embora não tenha mais o lixão em efetiva atividade, é mantida uma rede clandestina de lixões e ferros velhos, com o agravante de não contar com o poder público para tratar os rejeitos e controlar os gases produzidos, o que faz do lugar uma efetiva zona de sacrifício, conforme denomina Acserald (2004):

Zonas de sacrifício” e “paraísos de poluição” são termos utilizados para denominar localidades escolhidas para concentrar atividades que geram graves danos ambientais (ACSERALD, 2004). Não por acaso, essas localidades são as que abrigam também populações mais pobres, suas moradias, espaços de lazer e convivência, materializando a distribuição desigual dos riscos (ACSERALD, 2004, p 54).

Selecionamos aqui apenas a questão em relação à rota no território do lixo, pois de acordo com cada um dos entrevistados que ofereceu riqueza de detalhes em suas respostas, ficou evidente a ocorrência de diversas formas de desvios existentes e as articulações estabelecidas, ora pelos motoristas das carretas e/ou caminhões, ora pelos garis, entre outros poderes mencionados, que realizavam a comercialização do material potencialmente reciclável que deveria ser conduzido diretamente para o lixão, mas na verdade era negociado antes de chegar no seu destino final., conforme ilustra a fala de um dos catadores :

Bom penso que diversas coisas acontece de lá até aqui, cara, é uma rota muito confusa, pois dependendo do material recolhido já sai negociado de lá mesmo, porque hoje em dia o motorista já conhece o valor do reciclado do lixo, então se ele sabe que aquele material que esta carregando tem algum valor automaticamente ele já destina para algum lugar, aqueles que não tem bom conhecimento, mas alguém conhece que o material tem valor ele já extravia para o meio do caminho para outro lugar, uma série de processos que se ocorre, outros por uma questão de não conhecimento ou questão ética não destina, mas grande parte fica no meio do caminho (Entrevista catador SCS em 06/04/2012).

A mesma pergunta foi realizada a um representante do ferro velho, área de compra do material, em relação à rota do lixo. Igualmente aos catadores, todos são sabedores das transações comerciais executadas antes de chegar ao vazamento oficial – Aterro Metropolitano de Gramacho –, mas aceitavam e chegavam a afirmar que, embora não tenham certeza por não terem ainda sido ameaçados, mexer com esta engrenagem podia criar um desconforto e perigo de vida. Um deles relata:

Já ouvi falar que são pessoas com um tipo de influência, digamos em termos de coagir as outras pessoas a fazer isto, os próprios carreteiros da COMLURB e S/A PAULISTA, talvez não seja para benefício próprio, mas uma forma de coação senão fizer isto pode acontecer alguma coisa não só com o emprego, mas dependendo da forma de quem estiver coagindo a sua própria integridade física (Entrevista com o Sr. G. Ferro Velho Y em 03/04/2012).

Tais respostas nos levam a acreditar que ainda permanece esse processo de irregularidades e vazamento clandestino dos resíduos em local inapropriado, gerando no sub-bairro cada vez mais o processo de precarização dos serviços promovendo alta poluição e



contaminação do solo, assim como causando outros problemas desde da ordem da saúde até os processos de saneamento, infraestrutura, habitação entre outros.

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Neste cenário, podemos afirmar que o território de Jardim Gramacho, durante o funcionamento do lixão era permeado por questões, onde os diversos sujeitos se deparavam diariamente com desafios em razão do negócio lucrativo do lixo, que envolvia cada vez mais um elenco de situações que giravam em torno do lucro a ser obtido, não importando de que forma ele pudesse ter sido adquirido.

E constatamos a partir da pesquisa que vem sendo desenvolvida desde meados de 2018 que embora estivesse prevista a revitalização do sub-bairro, este fato não vem acontecendo até os dias atuais, apesar do Fórum Comunitário de Jardim Gramacho, instância responsável por efetivar as decisões tomadas em grupo, promover ações de reivindicação junto ao poder público, ainda não obteve êxito. Embora a luta esteja sendo grande, pouco caminharam na direção da melhoria da qualidade de vida da população residente, que permanece em condições de efetiva pobreza, vivendo dos lixões clandestinos e dependendo de poucos serviços oferecidos localmente.

Isto porque, decorridos seis anos de encerramento do primeiro e maior lixão da América Latina, que teve como finalidade atender à legislação ambiental brasileira – Lei 12.305/2010, com um aparente saldo positivo para a população trabalhadora carente e estigmatizada, representada pelos catadores de materiais recicláveis, inclusive, fazendo assim com que o caso se tornasse referência nacional, pouco do que está colocado em lei foi de fato efetivado.

O sub-bairro onde se localiza o lixão não recebeu o processo de recuperação urbanística e socioambiental previsto, pelo contrário, cada vez mais vem sendo depreciado com a instalação de lixões clandestinos, ausência de serviços e acúmulo de rejeitos, o que produz alto índice de contaminação do lugar, causando depreciação do local e real abandono do poder público tanto no que diz respeito a infraestrutura quanto para os serviços públicos.

Portanto, acreditamos que será necessária a retomada das negociações entre o movimento popular existente e o poder público na busca de garantir a continuidade das ações socioambientalmente corretas, tanto no trabalho dos catadores, quanto no meio ambiente, para manter o equilíbrio socioambiental, e, aí sim, todos sairão ganhando nesta relação homem e natureza, e este território que denominamos de extraordinário, poderá realmente ser referência nacional, pois os ensaios de articulação foram muito válidos, mas sofreram forte solução de continuidade, fazendo com que a população dependente da



atividade de catação para sobrevivência, continue excluída da garantia dos direitos sociais assegurados em lei.

Por fim, consideramos que se faz necessária a busca de formas dignas de atendimento das necessidades de melhores condições para o local de moradia, de viver, de ter lazer da população residente, tendo em vista que grande parte dos catadores ainda são residentes do sub-bairro chamado Jardim Gramacho.

4. REFERÊNCIAS

- ACSERALD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e meio ambiente**. Paraná, Editora UFPR, n. 5. 49-60, jan - jun. 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- CORTIZO, Maria Del Carmen; OLIVEIRA, Adriana Lucinda. A economia solidária como espaço de politização. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, v.25, n.80, nov. 2004.
- EXPO BRASIL. Desenvolvimento local. Disponível em: <<http://www.expobrasil.org.br/?q=node/60>> Acessado em: 29 maio 2007.
- IBASE. **Diagnóstico social**: bairro Jardim Gramacho. Rio de Janeiro: IBASE, ago 2005. Mimeo.
- MEIRELLES, Delton Ricardo Soares; GOMES, Luiz Cláudio Moreira **A busca da cidadania**: a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias-RJ. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1139.pdf. Acessado em: 25 de jan. 2015.
- NORONHA, Sílvia. **Jardim Gramacho segue sem revitalização após cinco anos de encerramento do lixão**. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/jardim-gramacho-segue-sem-revitalizacao-cinco-anos-apos-o-fim-do-lixao/>. Acessado em 21 de fev. 2019
- KOGA. **Cidades territorializadas entre enclaves e potências**. 2001. Tese de Doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2001.
- PINTO, Lucia Luiz. **Diagnóstico sobre a situação atual do aterro metropolitano de Jardim Gramacho**. Duque de Caxias: S/A Paulista, nov. 2004. Mimeo.
- SANTOS, Milton. **Por uma globalização**: do pensamento único à consciência universal. 14.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.